

Direção: António Dantas, filho

Editor: Manuel Guimarães

Toda a correspondência relativa à redacção deve ser enviada para a sua sede: Rua Dr. Avelino Germano, 62—a a relativa à administração, para a Rua de Paio Galvão, 70.

Composto e impresso na Tip. Minerva Vimaranesse
Rua de Paio Galvão

O LUSITANO

Publicação semanal

Propriedade da Empresa de O LUSITANO

O direito de propriedade da Igreja

Uma *lamparina* cá do burgo, idólatra apaixonada do chefe da demagogia em Portugal, num dos seus últimos números apresenta uma estirada parlenga em que, se nos foi possível atingir o seu escôpo, pretende demonstrar que a Igreja não tem o direito de propriedade.

Não é nosso intento agora apontar e desfazer todas as inexactidões, todos os erros, falsidades, contradições e sofismos, de que essa fastienta parlenga está recheada, já porque, se o fizéssemos, encheríamos todas as colunas dalguns números do *Lusitano*, e já porque os leitores da *lamparina* não serão tam lorpas que se deixem engrampar pela viciosa argumentação do pobre *lamparino*.

Quem assim escreve com absoluto desprezo da lógica e do bom senso, deve ter em mui pouca consideração os seus leitores, poisque se esforça por lhes impingir um miserável pechisbeque por ouro da lei.

O título em letras garrafais diz: *A origem dos chamados bens da Igreja.*

A quem não conhece os processos tortuosos dos escrevedores jacobinos podia parecer, á primeira vista, que essa momentosa questão seria tratada com a competência, lialdade e segurança que todas as circunstâncias da ocasião aconselhavam. Mas nós, que já conhecemos de sobra a correcção dos *lamparinos*, ainda antes de lermos, previmos os seus refalsados intúitos e não nos enganamos.

Agora o maior embaraço com que lutamos, é que, sendo tantos os pontos vulneráveis da parlenga, mal sabemos a quais devamos dar a preferência da nossa crítica. Começemos, porém, como é natural, pelo princípio.

O *lamparino* apresenta, como subtracção da sua maçuda sermôa, o texto seguinte:

«Não possuais ouro, nem prata, nem cobre em vossos cintos, nem alforques para o caminho, nem duas túnicas, nem duas alparcas.»

«Do Evangelho.»

E acrescenta como comentário hilare o ditado popular:

«Bem o prega Frei Tomaz (sic) se mi-lhor (sic) o diz, pior o faz.»

E nós ficamos banzados com esta citação bíblica.

¿Que é o que o escriba pretencioso espera concluir dali, daquêlê texto?

Está-se a ver: quer concluir pela negação do direito de propriedade á Igreja, baseando-se no Evangelho. Ora tem aqui perfeita aplicação a resposta dada por Jesus Cristo a uns jacobinos do seu tempo, que negavam a immortalidade da alma pretendendo estribar-se na Sagrada Escritura. *Erratis nescientes Scripturas*, lhes disse o Divino Mestre. Pois o mesmo se pode dizer agora ao *lamparino*. Leu o texto, mas não o entendeu e por isso errou na aplicação. Ora nós, cumprindo a obra de miseri-

córdia que manda ensinar os ignorantes, imos dizer-lhe como êle se entende.

Pelo visto, o *lamparino* é completamente hóspede em hermenêntica bíblica. Viu aquêlê texto nalgum almanaque democrático ou ouviu-o nalgum comício anticlerical e julgou logo ver nêlê uma formidável bombarda contra o direito de propriedade da Igreja. Pois fique sabendo que por êle nem se afirma nem se nega êsse direito. O sentido das palavras de Jesus Cristo é completamente outro. O divino Mestre encarregou os seus apóstolos da missão, tam difficil como gloriosa, de evangelizar todo o mundo. E êles, antes de iluminados pelo ilapso esclarecedor do divino Espirito Santo, julgando as coisas humanamente, manifestaram a intenção ou o Salvador lha descobriu de se aperceberem com dinheiro, roupa e armas para dar cumprimento ao que lhes era mandado.

E então que fêz o divino Mestre?

Para lhes fazer compreender que o bom êxito da missão de que os encarregava, dependia principalmente da eficácia da doutrina e exemplos que haviam de prègar, proibiu-lhes que levassem dinheiro ou valores em suas petrinhas, alforge e mais que uma túnica. Não queremos agora discutir se nessa proibição há um preceito rigoroso ou apenas uma exortação muito viva e instantane para que os apóstolos pusessem toda a confiança no auxilio que lhes viria de mais alto. Dado que nas palavras do divino Mestre haja um preceito formal, terminante, positivo, êsse preceito é restrito á missão dos apóstolos. Não se lhes proibe que possuam ouro, prata, campos, armas, etc.; o que se lhes proibe é que levem dinheiro nos seus cintos, alforge para o caminho, túnica em duplicado.

¿Que relação pode ter esta proibição com o direito de propriedade da Igreja?

Nenhuma, como é claro. E que é êsse o sentido do texto, vê-se sem a menor dúvida pelo argumento do capítulo onde se encontra, pelo contexto, pelos antecedentes e consequentes e pelos lugares paralelos dos três evangelistas sinóticos.

Agora se o *lamparino* quiser que lhe mostremos os textos bíblicos onde se estabelece o direito de propriedade da Igreja, estamos pronto a mostrar-lhos, contanto que manifeste sinceros desejos de aprender e não queira mais iludir os seus leitores com doutrinas falsas. E, se quiser, também lhe mostramos as passagens da Escritura Santa, onde está consignada para os fieis a rigorosa obrigação de consciência de sustentar os seus ministros, obrigação que tem o direito correspondente de os ministros exigirem dos fieis que a cumpram sob a pena de serem privados dos benefícios da Igreja; direito êste que os republicanos pretendem proibir e abusivamente teem proibido nalgumas terras.

Triplíce é a origem dos bens eclesiásticos, diz o *lamparino* apoiado nas *Origens do Socialismo Contemporâneo* de Paul Janet: doações de reis, dádivas de particulares e obra das corporações. Não

diz que corporações sejam estas, mas parece que deseja referir-se às congregações religiosas. E conclue por dizer que o Estado pode chamar seus, e considerá-los como tais, todos os bens eclesiásticos, seja qual for a sua origem.

Dos que são provenientes da munificência régia pode o Estado apoderar-se, já porque é o directo senhor, já porque as doações reais não podiam ter por base senão o serviço público, que os republicanos agora não reconhecem.

Como nas dádivas particulares houve muitos abusos e agora não é fácil destrinçar quais os bens que foram dados livremente e quais os que foram extorquidos, o Estado apossa-se de todos e acaba a questão. Quanto às corporações, essas podem ser suprimidas quando deixem de ser úteis. Eiz-aqui a sùmula da enfadonha parlenga.

Não vale a pena estar a gastar tempo na refutação do mal alinhavado aranzel do *lamparino*. Basta dizer que nações muito mais adeantadas que a nossa, como são o Brazil, a Alemanha, a Inglaterra, os Estados-Unidos da América do Norte reconhecem á Igreja o direito de propriedade.

Logo que os nossos estadistas da última hora possam hombrear com os daquelas nações e contudo persistam na tóla e perversa teimosia de chamar do Estado os bens eclesiásticos, nós recorreremos a outros argumentos. Por enquanto baste o exemplo das nações mais civilizadas.

Para ver a lialdade com que o Estado procedeu apossando-se do que lhe não pertencia, convem notar que a questão era entre êle e a Igreja e que êle, por sua conta e risco, sem ouvir a outra parte litigante, pôsto que fôsse directamente interessado, a despojou de tudo o que legitimamente lhe pertencia.

Com que direito o fêz?

Com o mesmo direito com que o leão da fábula na partilha dum veado que encontrou em companhia duma vaca, duma cabrita e duma ovelha, tendo-o dividido em quatro partes, o tomou todo para si. A primeira parte, porque era leão; a segunda, porque era mais forte; a terceira, porque tinha mais força, e a quarta... ai daquêlê que lhe tocasse!

O lóbo e o cordeiro encontraram-se um dia a beber na mesma corrente. O lóbo queixou-se de que o cordeiro lhe turvava a água, pôsto que estivesse mais abaixo. Como esta razão não valesse, acusou-o de que tinha dito mal dêle há um ano. — «Inda eu não era nascido» responde o cordeiro. — Se não foste tu, foi teu pai, tornou o lóbo. E venceu, porque nestas questões quem vence é a força bruta e não a força moral. E foi pela força bruta que o Estado decidiu e venceu a questão.

Quanto á propriedade dos bens da Igreja, muito mais havia que dizer, se o *lamparino* fôsse um adversário lial. Na sua empada com pretensões de demonstração há, porém, graves injúrias á mesma Igreja, que noutro artigo procuraremos levantar.

P. A.

O Lusitano é o periódico vimaranense de maior tiragem e circulação neste concelho.

António José de Almeida

Quando observamos em um artigo, publicado há três semanas, a atitude do chefe do partido evolucionista perante as cartas trocadas entre o sr. Presidente da república e o governo do sr. Duarte Leite e verberamos o procedimento do ministro do mesmo partido por ter dado o seu voto á reprobção dos actos de generosidade, altruismo e grandeza de alma que o sr. Dr. Manuel de Arriaga queria pôr em prática, resolvida em conselho de ministros, dissemos duas coisas amargas ao sr. dr. António José de Almeida que não retiraríamos se o futuro nos trouxesse a convicção de que ele não era mais que um chefe de manigância e um político de fraudulagem que dizia umas coisas e fazia ou consentia outras, que apregoava e mandava apregoar o bem quando praticava ou consentia que se praticasse o mal, como desde logo o explicamos, mas de que estamos profundamente repesos porque os factos acabam de demonstrar-nos que o chefe do evolucionismo não é um chefe banal, como há muitos, um chefe ambicioso que abdica das suas convicções a troco dum penacho, que desça da sua dignidade á procura de ovações louvaminheiras, que deixe embair-se por palavras de falsa amizade ou por actos funambulescos de circo.

O gesto do sr. dr. António José de Almeida alijando de si o encargo, honroso que elle era, na conjuntura atravessada, de formar ministério é a prova mais irrefutável que s. ex.^a tem dado da seriedade e do patriotismo que presidem aos actos da sua vida política e da isenção com que trata de todos os assuntos inerentes á sua alta investidura de chefe de um partido.

Devemos dizer com toda a franqueza que nunca duvidamos da sua firmeza de carácter e da sua sinceridade, mas também não devemos ter a fraqueza de occultar que o que motivou o nosso artigo *Falência, cobardia ou traição*, foi o mesmo facto que fez alvo-roçar muita gente, que a fez descreer e que a fez desanimar, e esse facto foi o de ser um dos compromissos do sr. dr. António José de Almeida a amnistia para os crimes políticos e religiosos e um ministro do seu partido ter votado contra uma resolução que, se não era ainda a realização daquela aspiração, era, pelo menos, um passo dado para ella.

Hoje vemos que nos enganamos; e, muito longe de nos arrelharmos por isso, antes folgamos de contentamento porque, se bem intencionados erramos, encontramos na nossa frente também a boa intenção do sr. dr. António José de Almeida que preferiu o descontentamento de muitos á continuação do seu bom nome e do seu prestigio.

Porque a verdade é esta: O sr. dr. António José de Almeida podia ter formado ministério e não lhe era isso muito difficil, já pelos elementos que conta no seu partido, já pela confiança que o Chefe do Estado mostrou nele depositar dando-lhe, em primeiro lugar, essa incumbência.

S. ex.^a seria desde logo rodeado de todas as atenções e de todos os disculos, que é o que acontece, em regra, a todos os chefes de governo, como teria também uma aberta opposição com a qual contava e contra ella se prepararia.

Formar ministério numa conjuntura tal seria, para qualquer politico de fanfarronice, uma vitória completa, o que por aqui costuma chamar-se—meter uma lança em África.

O chefe evolucionista, porém, pôz a fanfarronice de parte, desprezou a vitória e quebrou a lança para se lembrar sómente das suas promessas, dos seus compromissos e da sua consciencia.

Um gesto heroico este! Um politico de pechisque, um manequim enfeudalizado, um homem cujo corpo se não norteie pelo próprio cérebro não o faria, embora tivesse prometido, como primeiro acto do seu governo uma amnistia ampla e completa, a cuja promessa responderia—que quis mas não pôde—, e servir-se ia de toda a sua astúcia e de toda a sua manha, poria em prática toda a sua ronha, faria valer todos os seus foros de senhor, faria a vontade a todos os cérebros, só para se ver encarrapitado na cadeira de chefe de governo donde poderia impor a sua autoridade, ditar as suas leis, fazer valer as suas vontades, embora tivesse de subordinar-se ás vontades dos outros.

O chefe do evolucionismo não pensou assim e desprezou todas as pompas, todos os artificios e todas as ovações para sómente se lembrar das suas palavras, tam solenemente proferidas, e cujo cumprimento era a sua maior ambição e o seu mais elevado ponto de honra.

O chefe evolucionista, desprezando a presidencia dum governo, acaba de dar uma grande lição de civismo e de patriotismo, não a Portugal nem á Europa, mas a todo o mundo porque na sua recusa há muito que atender, muito que pensar e muito que prescrutar, pois nella há muito de grandioso, de eloquente, de sublime e de patriótico, raras coisas hoje encontradas nos politicos dominantes.

Não somos evolucionistas.

Parece-nos tê-lo já demonstrado, mas mais uma vez o declaramos, e as nossas palavras não podem ser tomadas á conta de encomios por um idolo, nem tampouco de lisonjas a um partido porque, declaramo-lo bem alto, não somos evolucionistas, não o pretendemos ser e nada queremos do partido evolucionista, nem de nenhum.

O que queremos é que a nossa situação, neste caso, fique bem precisa e bem nítida.

Há três semanas imaginamos, porque os factos assim no-lo fizeram supor, que o sr. dr. António José de Almeida era um politico como qualquer outro, um politico banal, um chefe sem prestigio, um politico ambicioso; dissemo-lo desassombadamente porque era esse o nosso dever. Hoje reconhecemos o contrario porque os factos no-lo demonstraram, vemos que elle é um politico muito digno, muito honrado, um politico sem ambições e sem apegos, dizemo-lo com o mesmo desassombro e com a mesma isenção porque é esse o nosso indeclinavel dever.

Cumprimos um dever há três semanas e cumprimos hoje outro dever e nada mais.

Estamos no mesmo caminho.

Aos nossos inimigos devemos uma resposta que não nos recusamos a dar.

Alguém desta redacção é amigo pessoal e politico do sr. dr. António José de Almeida, o que não obsta a que este jornal não se enfileire no partido evolucionista,

como até hoje se não enfileirou, nem pode dizer que enfileirá. Mas... aí vai o mas se lhes agrada. Do nosso posto ao do partido evolucionista, depois do que dito fica, o passo não é de gigante.

Carta do Pôrto

POR ROLANDO PERFEITO

De fugida...

17—1—1913.

O grande, o palpitante assunto da semana, nesta cidade, foi para os democraticos o discurso de apresentação do novo ministério pronunciado pelo sr. dr. Afonso Costa na Câmara dos Deputados; e para a grande maioria da população, laboriosa e sensata, que não costuma descer da sua dignidade para se entregar, numa pasmaceira de basbaques, com uivos de triunfo e utros de entusiasmo, á admiração imbecil e truanesca dos charlatães que, no cálculo velhaco dos grandes efeitos, maravilham nas estúpidas comoções da credulidade *indigena*, a alma dos cretinos, dos brancos e dos simples, com o esplendor fictício dos seus estrondosos milagres; para essa multidão que, concentrada na firmeza dos conceitos acolhe, numa expectativa de desconfiança e descrença, o rosário das promessas graúdas que passou a ser costume nacional rezar-se com o fervor das grandes convicções da fé, em todas as iniciações da politica governamental portuguesa, não se deixando nunca seduzir pelas letras gordas dos jornais que celebram, num cúmulo de ridículo e de grotesco, factos duma importância demasiadamente duvidosa, para essa multidão o grande, o emocionante, o absorvente assunto da semana foi, e continua-o sendo, a catástrofe do «Veronese», pondo em risco a vida de algumas centenas de pessoas que só conseguirão salvar-se, na sua totalidade, se o vapor resistir á furiosa violência do mar, o que infelizmente, dada a sua critica posição, não é muito provável.

A noticia desta grande desgraça espalhou-se rapidamente pela cidade, levando o sobresalto e a desolação a todos os espiritos. E todos, na nevrose da sua comoção, tomados duma impaciencia inquietante e alucinadora, pediam portadores, disputavam informes, aventavam hipóteses, deliravam nas incoerencias das suposições fantasistas, e, num impulso de solidariedade humana, que nestes transes angustiosos da vida, irradia, luminoso e belo, heroico e sublime, da alma sentimental da multidão anónima, todos se sentiam atraídos para o local do sinistro, onde, no tombadilho dum vapor, a dois kilometros da praia, no horror aniquilante duma situação desesperada, a que as brumas cerradas, os uivos agourentos do mar em fúria presagiando a morte, a consciencia do perigo, o presentimento do fim, dava pesadélos terríveis de agonia,—dezenas de pessoas, açoiçadas pelo ímpeto das vagas que varriam o convez, na ânsia de tudo devorar, olhavam ávidamente para terra, como implorando um pouco de piedade, ante aquella indifferença aparente, ante aquella inandade forçada em que parecia não haver uma tentativa de socôrro ou um gesto de salvação.

E então, toda essa multidão convulsionada num desejo ardente e irreprimível, como que revoltada contra o absurdo de não se poder salvar aquellas vítimas desse trágico accidente, incredulas na inpotencia da heroicidade dos esforços nesse sentido empregados para vencer os obstáculos poderosissimos dos elementos naturais, que nos paroxismos da sua

cólera, traduzem nos seus roucos formidáveis o seu desprezo e a sua troca pela força do homem e por todas as admiráveis e astutas invenções da sua intelligencia, da sua vaidade e do seu saber, toda essa multidão assaltava os electricos, os automoveis, os trens de praça, aproveitava-se de todos os meios de condução que, em conjunturas desta natureza são insufficientes para a concorrência eventual, com destino a Leixões, e ali, aglomerada em número formidável, enraivecia-se na nevrose do desespero por não poder, mesmo á custa dum sacrificio, levar áqueles infelizes, a uma distancia de metros, a salvação que viesse acalmar a angústia das familias dilaceradas no sofrimento da mais atroz, da mais pavorosa das ansiedades, que viesse enxugar-lhes as lágrimas que a estas horas teem derramado, emudecer-lhes os ais da desolação que a estas horas teem soltado e restituir-lhes, para o seu amor e para o seu carinho, esses entes queridos que, na hora amarga da despedida, partiram com o coração dilacerado, iluminados da esperanza de voltarem um dia mais contentes e felizes a buscarem de novo esse delicioso e terno aconchego que só se encontra no lar onde vivem nossos pais, acobertado pelo céu da nossa pátria.

A hora em que lhe escrevo, 3 da tarde, nenhuma noticia chegaram ao meu conhecimento, do drama que se desentola no mar, a alguns kilometros de Leixões. Os esforços empregados para salvar todos os passageiros teem sido prodigiosos, mas com a inevitável morosidade. Se o vapor não sossobrar, vencido pela força do vendaval, e se a bordo subsistirem a ordem e a disciplina tão indispensaveis numa conjuntura desta ordem, aos passageiros só restará eternamente a triste recordação de uma das horas mais negras e afflictivas da sua vida.

Coisas que dizem

O que deve ser o orçamento, um

X

O que deve ser o deficit, um

Y

Sendo:

X e Y = . . .

Fica-se a par de pilulas.

O QUE SE ESPERA



QUEM ESTÁ NO GOVERNO?

Da República

«Quem está no governo? Não está no governo quem afirmou que os proprietários são simples detentores das coisas? Não está no governo quem afirmou que havia de destruir a Igreja Católica em Portugal? Não está no governo quem, em Setubal, aplaudiu os saques e assaltos a conventos e casas religiosas? Não está no governo quem instigou os tumultos e as aruaças que alvejaram os Srs. António José de Almeida, Brito Camacho e Machado dos Santos? Não está no governo quem disse que havia o direito de apupar e apedrejar os homens politicos? Não está no governo quem proclamou a peregrina doutrina de que para se equilibrar um orçamento, se devia ir buscar dinheiro onde o houvesse? Não está no governo quem instigou e promoveu os tumultos contra a Associação de Agricultura, violando assim um dos fundamentais direitos politicos do país? Não está no governo quem instigou e aplaudiu as aruaças contra a Câmara do Pôrto? Não está no governo quem cobriu e acatou o projectado golpe de Estado do Pôrto? Não está no governo quem, por via dumas inofensivas cartas, aconselhou o Senhor Presidente da República a resignar? Não está no governo quem aplaudiu que a multidão assaltasse e maltratasse presos inofensivos entregues á guarda da força republicana? Não está no governo quem pediu a confiscação dos bens dos conspiradores? Não está no governo quem fez, sustenta e luta por uma lei de Separação que só tem força contra os padres nacionais, e toda se encolhe, receosa, perante um simples seminarista que tem o seu nome registado em consulado estrangeiro? Não está no governo, em suma, quem tem trazido para a República tam bem fadada ao nascer, tam bem recebida nos primeiros dias, tam bem tratada nas primeiras horas, todas as dificuldades, todos os obstáculos, todas as más vontades, todos os retraimentos?»

Se é isso que está no governo, como podemos nós esperar outra coisa que não seja pior do que lá fizeram?

Percorra-se a colecção dos seus jornais; recorde-se o palavrado dos seus oradores; veja-se mesmo nas entrelinhas das suas últimas declarações, e digam-nos se poderemos ter illusões, as mais ligeiras, as mais leves, sobre o que esse governo que aí está, vai dar e pôde dar—a não ser que tivermos de considerar como uma repugnante farça, tudo quanto disse, tudo quanto fez, tudo quanto prometeu—enquanto não tinha subido, livre, ás esferas da governação pública.

Tendo combatido sempre esse Partido por contrario aos interesses da nação, não podemos fazer outra coisa que não seja combater o governo que desse Partido saiu. Proceder de outro modo, era ou afirmar que tudo quanto tinhamos dito desse Partido era uma redonda mentira, ou supôr que da árvore má podesse sair bom fruto.

Nem mais, nem menos. E isto é opposição leal.»

Caixa Filantrópica Académica Vimaranense

Realiza-se a 26 do corrente, e não hoje, como foi anunciado, a inauguração desta caixa, de socorros a estudantes pobres, promovendo a Academia para essa ocasião um pequeno sarau.

Agradecemos a deferência do convite.

DOS JORNAIS

A Montanha

«O sr. António José de Almeida caiu antes de subir, e dificilmente poderá levantar-se mais.»

Podia, entretanto, explicar, de uma forma lial e correcta, os motivos que o forçaram a desistir de formar governo e não vir lançar as culpas sobre o grupo independente que afinal só teve uma atitude digna, mantendo-se intransigente contra a amnistia. De resto, éle pode dizer o que quiser que todos sabem perfeitamente que não formou governo por não ter um programa apresentável e por não ter sequer gente para distribuir as diferentes pastas.»

«Como «não ter programa apresentável» e «não ter gente para distribuir as diferentes pastas» se a opinião de uma grande maioria do país lhe é favorável e o sr. dr. António José de Almeida apresentou uma lista ministerial completa?

Terem os independentes, no título, passado a ser dependentes do sr. dr. Afonso Costa no efeito, é que impediu ao chefe evolucionista a subida ao poder. Podem-lhe dar as voltas e reviravoltas, que quiserem e de que a sua imaginação seja capaz, que a causa foi esta e só esta.

Enquanto ao partido ter dado trambolhão que o arruinasse para sempre, não nos constou que algum evolucionista houvesse deslocado perna ou braço, ou tivesse ficado com o tórax fracturado.

O sr. Afonso Costa é que precisa de ter cautela! Se cai desastrosamente dos píncaros a que foi guindado pelo guincho independente (sic), lá vai de vez a cangica democrática! Senão veremos.

O Século

«Ali, numa das janelas, o sr. David Carvalho, empregado nos Armazens do Chiado, em nome do tenente Santos, agradeceu a manifestação que acabava de ser-lhe feita, pedindo aos manifestantes que retirassem na melhor ordem, porque, éle o esperava, justiça havia de ser feita tanto áquele oficial como ao tenente Pimentel, do mesmo corpo, que se encontra preso no Castelo de S. Jorge...»

«E quem duvida que justiça republicana-democrática lhes seja feita?

Basta serem republicanos de gema... para contarem com liberdade a potes!

A República

«O sr. Afonso Costa que tantas vezes desfaldou a bandeira do equilibrio orçamental para acusar os outros de incompetentes e irreflectidos, o sr. Afonso Costa tomou perante o país o compromisso sagrado de o equilibrar. Não queira escapar-se com subterfúgios ás suas promessas.» E mais abaixo. «O sr. Afonso Costa não pode fugir á situação que se criou. Tem de equilibrar o orçamento, de uma maneira rial, autêntica, inofismável.»

E a «República» supõe o sr. dr. Afonso Costa incapaz de equilibrar o orçamento, depois de éle ter dito que, para tal fim, se devia ir burcar o dinheiro onde o houvesse! Assim até nós, apesar de inteiramente leigos na matéria...

O Dia

«Dantes, exceptuados os últimos tempos da monarquia, o que era preciso para chegar a ministro? Longa carreira parlamentar, muito trabalho, competência provada, fôlha de serviços partidários bem documentada...»

O quê! competên...?! Tudo, lérias!... E de mais a mais, esse tempo já lá vai!...

Agora o povo é soberano! E' éle quem manda!

A Luta

«Dizem os jornais que os dois primeiros conselhos de ministros se realizaram no Centro de S. Carlos, sede do Directório do Partido Democrático. Como o Governo é da Nação, cremos nós, e não dum partido, as suas reuniões, em conselho, deverão efectuar-se no local ou locais para isso destinados. De contrário, a páginas tantas, não saberemos quem nos governa.»

Não somos nós dessa opinião. Acaso a república não é democrática? Logo... o povo não deve ter directa interferência nos negócios públicos?! Claro que sim.

Portanto, o sr. dr. Afonso Costa, convocando o ministério hoje aqui, amanhã ali, só prova, á evidência, ter interpretado bem os princípios democráticos...

Do Trapo:

O perigo negro em S. Torquato

«Escreve-nos o sr. José de Freitas Santos, de S. Torquato, pedindo-nos que declaremos de que (que gramática!) não é éle o «Constante leitor» que escreveu a este jornal uma carta sobre a qual etc. etc...»

A mesma declaração tornamos extensiva ao sr. Manuel da Silva Leite, da Corredoura, que por igual repudia a autoria de semelhante carta—já agora sem pai.»

Que tristeza de alma! Até dá vontade de recitar «o órfão» de Guerra Junqueiro...

Pelo visto, ninguém escreveu a célebre carta?! Parece incrível!

Mas o que mais nos repugna é haver um *quidam* que se pronotifique a publicar caluniosos autógrafos... anónimos!

Jornal, que dêste modo procede, está definido.

A Nação:

«Em 1907 Franco tentou a ditadura administrativa; agora D. Afonso VII tentará a ditadura revolucionária, do puro absolutismo pessoal.»

E enquanto em S. Roque, babados de gôso, no auge do delirio-tremens da violência se forem confeccionando as listas das *bestas-feras* que é preciso afastar do caminho, o país baqueará nas vascas da agonia,—mas D. Afonso VII reinará! E reinará até ao fim... Radical! Radical! Radical! Por D. Afonso VII, o... Ponto final!»

Transcrevemos este belo naco do editorial de «A Nação» de 16 do corrente, não para fazermos comentários, que inutilizariam tudo o que o engenho de «Crispim», esse escritor de fina e rara tempera, produzira, mas unicamente para que os nossos presados leitores, desejando orientar-se e conhecer um bocadinho mais quem é o actual presidente de ministros, saibam aonde tem de correr.

Nada mais.

Do Trapo:

«Não conhecemos de outro homem público, no presente regimen, que tam nítida e acentuadamente marque prestigio na opinião do seu país.»

Mais uma vez, «Trapo», te damos o conselho de quebrares o aparato.

São tantas e tamanhas as asneiras que por esse mundo de Cristo espalhas!...

Nem ortográfica, nem gramaticalmente coisa com geito escreves. Como amigo... Trata de outro officio.

Século

«Inúmeros revolucionários visitaram este official (sr. Tenente Pimentel) no Castelo de S. Jorge.»

Os manifestantes visitaram em seguida os sargentos presos como implicados no golpe de Estado e ainda os três que há dias foram condenados no tribunal marcial.»

Isto, traduzido, quer dizer que, a não ser concedida immediata liberdade aos presos como implicados no golpe de Estado e a outros da mesma familia, os *inimigos* (não devem caber nas ruas de Lisboa!) revolucionários da capital qualquer dia armam banzê, e lá vamos ter, segunda vez, simulacro de revolução... Tam certo, como dois e dois fazem quatro!

Os HERÓIS de 1913!!!!

Em fins de 1640 houve um grupo de portugueses que, desejando sacudir o odioso jugo castelhano porque aos seus corações não lhes era permitido ver gemer, sob a tirania de Filipe III, alguns milhares de compatriotas, armaram-se e num rasgo de bravura que tanto caracterizava a raça lusitana, desviaram para sempre desta então gloriosa pátria o nefando espanhol que nos esmagava.

Foram os heróis de 1640. Os seus nomes estão gravados nos corações de todos os lusos.

Em principios de 1913 houve um grupo de portugueses (?) que, desejando ver gemer sob ferros e adentro dum regimen liberal como deve ser a república quando não fôr governada por Afonso Costa, 3000 portugueses, cujo *hediondo crime* foi não terem pensado como éles, armaram-se dum illimitada ferocidade muito característica na selvagem firma Radical & Independente, rasgaram os nobres pergaminhos onde, escritas em caracteres de ouro, se viam as palavras liberdade, igualdade e fraternidade e não consentiram que milhares de portugueses participassem da felicidade que outros, mais criminosos, gozavam.

São os heróis de 1913!!!! Não podemos consentir que a esponja do olvido apague da memória de todo o bom português tam brilhante facto, levado a efeito por 15 que de portugueses só tem o nome; e assim estampamos nestas columnas as denominações dessas feras que se dizem *independentes* e se submetem ás ordens dum radical que muito se assemelha ao feroz Nero; ei-los:

- Guilherme Nunes Godinho.
- José Maria de Pádua.
- José Dias da Silva.
- José Luís dos Santos Moita.
- Joaquim Cerqueira da Rocha.
- António Valente de Almeida.
- Manuel Bravo.
- Francisco Cruz.
- António Maria da Silva.
- Albino Pimenta de Aguiar.
- António José Lourinho.
- João Luís Ricardo.
- Amorim de Carvalho.
- Jorge Velez Caropo.
- José Mendes Cabeçadas Júnior.

Aí ficam para eterna memória.

No Cemitério Geral

Os fados cumprem-se.

Pelo ministério do interior foi expedida a seguinte circular aos governadores civis:

«Cumprindo aos magistrados e autoridades administrativas e policiaes velar cuidadosamente pela tranquillidade pública, usando especialmente dos meios preventivos para obstar a todos os factos que possam originar a desordem, o ultraje á moral e a desorientação dos espiritos, chamo a atenção de v. ex.^a para as nefastas publicações que tem curso em diversos pontos do país e a que urge pôr termo.

Para isto basta que v. ex.^a suscite a applicação da lei de 9 de Julho de 1912, usando convenientemente da faculdade que nela se concede e enviando instruções aos seus subordinados para que procedam na mesma conformidade, com prudência, mas com zelo.

Encarrega-me, portanto, o ex.^{mo} ministro do interior de recomendar a v. ex.^a, com especial instância, este importante e melindroso serviço e de lhe dizer que me comunique o uso que v. ex.^a e os seus subordinados fizerem da sobredita faculdade em cada caso particular em que tenha intervindo.»

Dos mortos anunciados no domingo apresentamos hoje o primeiro *cadáver* — a imprensa livre.

Tinha de ser!

Os outros também hão de vir.

E' questão de tempo.

Óbitos

Na avançada idade de 74 anos, faleceu na passada semana, José Machado de Souza Correia.

A seu filho, Gaspar Machado, enviamos os nossos sentimentos.

Também faleceu na quarta feira passada, o sr. Luís José Cardoso, pae dos srs. João Vasco Cardoso e Manuel Joaquim Cardoso, a quem enviamos as nossas sentidas condolências.

Donativo

O sr. Francisco Alves, da rua de S. Sebastião, recebeu de um grupo de rapazes de Amarante, que saiu a dar as boas-festas e a angariar donativos para os pobres, como recompensa de serviços que lhes prestou, a quantia de 12000 réis, para serem distribuidos por 4 pobres da sua freguesia.

O sr. Alves distribuiu os 12000 réis por 4 familias envergonhadas cujos nomes oculta, mas que a nós nos forneceu, uma das quais é nossa protegida.

Por lapso não temos dito que o dinheiro que tinhamos em nosso poder para uns presos políticos, cujo paradeiro ignoramos visto que foram postos em liberdade, por ficarem absolvidos, foi por nós distribuido por algumas familias envergonhadas na véspera de Natal.

Nesta redacção diremos, a quem o quiser saber, as familias contempladas.

Cremos que os srs. subscritores serão de acordo com este acto e com os nossos agradecimentos vae o pedido de desculpa se tal não se der.

Carta de Negrelos

(RETARDADA)

O facto mais grave da semana foi a crise.

A crise, em Portugal, passa a ser para os ministérios assim como uma chicotada em lombada de mula ao atravessar um caminho mais escabroso, em que a diligência tenha de vencer socalcos, de saltar barrancos, de vencer os rails fundos e secos dos rodados barrentos.

Os passageiros olham-se desconfiados. O cocheiro, porém, socega os tímidos.

—Não tenham vossórias receio, isto é um pronto enquanto se atravessa; tenho confiança no gado.

O chicote vibra, a pita listra as lombes das *alimarias*, que ficam as patas, turgem a musculatura cansada e, num último arranço, alcançam o macadame.

Passam os campeonos que atravessam a estrada; o cocheiro sorri bonacheironamente e a caranguejola lá continua, cahin-caha, graças á chicotada providencial do precavido cocheiro.

O receio transformou-se em vitória e a crise não foi mais que um leve episódio, cujo resultado já é com *prazer* conhecido.

Negrelos, 10.

J. A.

Prevenção

Os escriptores de paz abaixo assinados, previnem o público que se acautele contra certos cobradores de pequenas dividas, no género do ausente Soeiro, que por aí cometeu todas as tropelias, incluindo ameaças como funcionários dos Juizes de Paz, quando é certo que todos os actos da lei da cobrança de pequenas dividas, da competência destes Juizes, sómente podem ser exercidos pelos signatários que em tempo oportuno procederam contra tais cobradores conforme fôr de justiça.

Guimarães, 15 de Dezembro de 1912.

Sebastião Alpes Guimarães,
Casimiro Abel de Freitas,
Manoel da Silva Meireles.

(Segue-se o reconhecimento.)

Quem perdeu?

Encontrou-se ha meses já, na Fotografia Machado, á Rua de S. Damaso, um objecto de ouro que será entregue a quem provar pertencer-lhe, pagando a despesa deste anúncio.

Falar nesta redacção.

CAL

Leal, Simões & C.^a, Limitada, têm á venda á afamada Cal da Figueira pelo sistema dos altos fornos. A única instalação no género, no país. Preços e condições dirigidas aos proprietários, Figueira da Foz — Canitos.

Análises de urinas, escarros,

pus, sangue, vinhos, vinagres, azeites, queijo e manteiga, e to

Laboratório de análises, junto á farmácia Dias Machado

GUIMARÃES

A casa que mais sortido tem e que mais barato vende Bicicletas acessórios, fazendas, miudezas, modas, perfumarias, bordados a péso, panos para enxovais, guarda-sóis, etc., é a LOJA DO BENJAMIM —Teural, 105.

Interesses no Brasil

O Escritório de Direito Internacional, à rua do Hospício n.º 79—Rio de Janeiro—, dirigido pelo dr. Carmo Braga, formado pela Universidade de Coimbra, com longa prática de advocacia em Portugal e no Brasil, advogado do Banco Aliança do Porto, da Beneficência Portuguesa e da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, trata especialmente de todas as questões relativas a direitos e interesses de portugueses no Brasil, inventários, habilitações, partilhas, execução de testamentos, providências para evitar a arrecadação judicial de bens e heranças de ausentes, etc. Também aceita procurações para administração de bens no Rio de Janeiro, cobrança de aluguéis, rendas, juros dividendos, compra, venda e hipoteca de prédios, averbamento de papeis de crédito, transferências, etc.

Escritório Filial no Porto, dirigido pelo solicitador sr. João Fernandes Amaral, —rua da Fábrica, 78.

Para referências em Guimarães—com os srs. Fernandes & Cruz, e com os advogados drs. António do Amaral e João Rocha dos Santos.

FUNILEIRO

Manuel Ferreira da Costa

Faz e concerta toda e qualquer peça de obra pertencente à sua arte, tanto em fôlha, como zinco ou cobre.

Também se fazem gazómetros para acetilene, pulverizadores, caixões de chumbo para funerais, banheiras de todos os tamanhos e feitios, encanações de agua ou gaz em tubo de chumbo ou galvanizado, assim como assentamento de retretes e suas pertenças. Tudo por preços módicos.

Rua de Francisco Agra, 31, 33.
GUIMARÃES

COMPANHIA DE SEGUROS A POPULAR

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

FUNDADA EM 1902

Capital autorizado Rs. 500:000\$000

Telefone n.º 2460 — Enderço telegráfico: LARPOPU

Rua dos Bacalhoeiros, 125, 2.º

LISBOA

Correspondentes em Guimarães — PIMENTA & C.ª

Com estabelecimento de fazendas brancas, miudezas, etc.

24, Rua de Paio Galvão, 28

ATENÇÃO!

Só na Sapataria Académica à Rua Dr. Avelino Germano, 36 (antiga Rua de S. Paio) é que se encontra o calçado mais bem acabado, e por preços que ninguém ousa competir.

Garante-se a superior qualidade nos cabedais empregados nos calçados.

Trabalho, o mais perfeito, e preços muito mais económicos que em qualquer outra sapataria de Guimarães.

Uma encomenda pois, que será a prova mais cabal do quanto se afirma neste anúncio.

Colégio Académico

Rua de S. Domingos, 19

GUIMARÃES

Admite alunos internos, semi-externos e externos, para instrução primária, secundária e curso comercial prático. Alimentação abundante e bem cuidada. O resultado dos exames no presente ano lectivo foi de 50 APROVAÇÕES COM 3 DISTINÇÕES. Envia-se o programa a quem o pedir à direcção.

Os directores,

Alfredo Peixoto, médico
Luís Gonzaga Pereira.

FOTOGRAFIA MODERNA

— Rua de S. Dâmaso, 10 —

GUIMARÃES

Nesta acreditada fotografia executam-se com a maior presteza e máxima nitidez, todos os trabalhos fotográficos pelos mais modernos processos como sejam:

Retratos platina, sais de prata, etc.

Ampliações em todos os tamanhos até ao natural de qualquer fotografia por mais pequena que seja.

Retratos em porcelana, madeira e seda.

Admiráveis retratos reclame, a 400 réis a meia dúzia.

Belas miniaturas para medalhas, a 250 réis a meia dúzia.

Postais fotográficos, a 900 réis a dúzia.

Ampliações inalteráveis de 50 centímetros, a 1\$500 réis.

Esta fotografia possui um excelente material, o que há de mais aperfeiçoado, o que permite executar todo e qualquer trabalho e com a máxima perfeição, operando com todo o tempo.

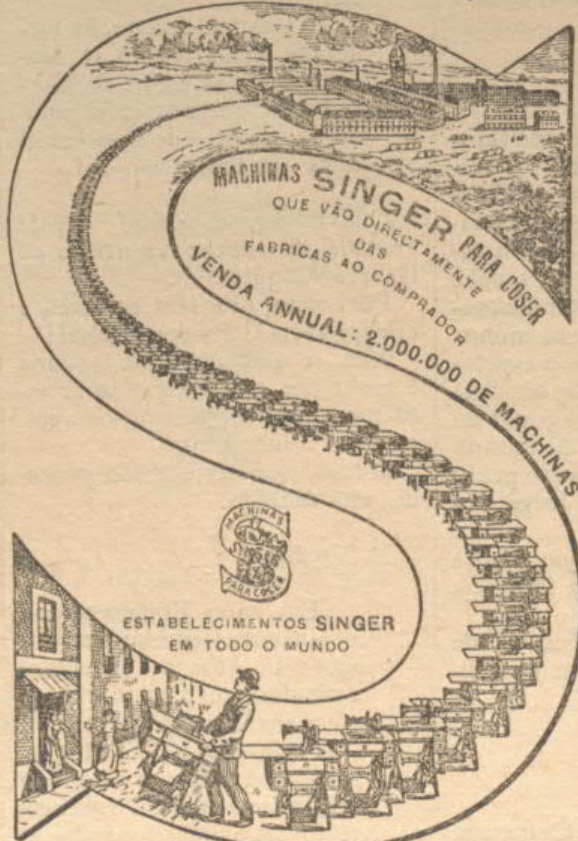
Tomam-se encomendas fora do atelier sem aumento de preço.

Prefiram este atelier a qualquer outro, pois é o único com quem ninguém pode competir em preços e perfeição.

NOVA ESTANTE DE PEDAL

COM FRICÇÕES DE ESPHERAS D'AO

O MELHORAMENTO MAIS UTIL QUE PODIA DESEJAR-SE



NÃO CABEM JÁ NAS MACHINAS PARA COSER

SINGER

MAIS APERFEIÇAMENTOS NEM MECHANISMO MAIS EXCELLENTE

MAXIMA LIGEIREZA. MAXIMA DURACÃO. MINIMO ESFORÇO NO TRABALHO.

Avenida Candido dos Reis — GUIMARÃES

O LUSITANO

Publicação semanal

PREÇO DA ASSINATURA (Pagamento adiantado)

Portugal, Ultramar e Espanha	
Sem estampilha	1\$200 rs.
/ Ano	600 "
/ Semestre	300 "
Pelo correio	1\$300 "
/ Ano	650 "
/ Semestre	400 "
Trimestre	1\$600 "
Estados U. do Brazil (ano)	2\$000 "
Países da União Postal	30 "
Número avulso	30 "

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES (Pagamento adiantado)

Anúncios e comunicados, por linha	40 rs.
Repetições, por linha	20 "
Permanentes, contrato convencional	
Reclamos, no corpo do jornal, até 5 linhas, cada um	100 "
Anunciam-se as publicações que o mereçam, mediante um exemplar gratis.	
Anúncios, não judiciais, para os srs. assinantes, 25 % de abatimento.	

Alberto César

Tipos Populares da Minha Terra (Uma galeria)

64 páginas em formato elegante.

Preço 250 réis

Pedidos ao auctor

ou à

Tipografia Minerva Vimaranesse

GUIMARÃES

O LUSITANO

I Ano

Publicação semanal de Guimarães

Num. 32

Ex.º Sr.